

ADC 010/2017

CONPEL – CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ACORDO COM AS
PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS
E
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

31 DE DEZEMBRO DE 2016



ÍNDICE

Mensagem da Administração.....	3
Relatório de Desempenho.....	4
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.....	7
Balanço Patrimonial.....	11
Demonstração do Resultado do Exercício.....	13
Demonstração do Resultado Abrangente.....	14
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	15
Demonstração do Fluxo de Caixa.....	16
Demonstração do Valor Adicionado.....	17
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras.....	18

31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Diretoria da CONPEL Cia Nordestina de Papel submete à apreciação de V.Sas. relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras e relatório dos auditores independentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Este relatório tem o objetivo de dar aos acionistas, colaboradores, fornecedores, clientes, mercado financeiro, órgãos públicos e demais integrantes da sociedade, todas as informações necessárias e abrangentes das diversas áreas da companhia.

O ano de 2016 foi um ano de grandes desafios devido aos impactos da deterioração da economia no Brasil, a qual foi instaurada nos últimos anos, contudo também foi um ano de adequar toda a estrutura da companhia, acreditando na recuperação do mercado em geral.

A volatilidade comercial nos segmentos de papel, embalagens e ondulados, fez com que a CONPEL focasse em clientes mais consistentes, contudo, com sua dificuldade em captação de recursos externos, nosso projeto foi alongado para os anos subsequentes, visto que a necessidade em alocar recursos no aumento da produção e investimentos nas máquinas e equipamentos faz com que a diretoria busque novos negócios e oportunidades para obter essas premissas estratégicas.

Concentramos também esforços na retomada da operação de sacaria, segmento muito afetado pela redução drástica no mercado de cimento, consequência apresentada pela baixa no setor imobiliário e de construção civil.

O projeto para os anos seguintes está atrelado à entrada de capital de terceiros, juntamente com a redução do passivo financeiro, cuja adequação teve início já em 2017. A necessidade de aplicação de recursos em investimentos e recuperação de mercado é fundamental para a reestruturação e recuperação da companhia.

Com o objetivo na continuidade e retomada do crescimento, firmamos uma parceria no abastecimento de matéria prima através de industrialização por encomenda, com isso conseguimos melhorar a eficiência financeira, revertendo o resultado negativo numa operação positiva. Ainda, reestruturamos toda equipe industrial e administrativa, o que resultou em uma redução de 41% do quadro de colaboradores, com isso melhorando a eficiência técnica e econômica da companhia.

A atual gestão iniciou uma nova jornada para conseguir recuperar a fatia de mercado perdida, contamos também com prospecção de clientes que ainda não fazem parte da carteira da companhia, nos mais variados segmentos de mercado. Com isso acreditamos alcançar um incremento da receita de até 45% para o segundo semestre de 2017.

Para que nosso projeto seja alcançado, alinhado com as premissas de recuperação de mercado e faturamento, a companhia está desenvolvendo a captação de recursos através da venda de ativos, bem como a disponibilização de garantias que suportem as operações para o crescimento desejado.

É importante destacar que a CONPEL está no mercado desde 1967, tem uma grande participação no segmento de embalagens de papel ondulado e sacos multifolhados, se destaca no mercado por ser uma empresa comprometida com a qualidade dos seus produtos e a satisfação total de seus clientes, fato que nos garante a possibilidade de recuperar grande parte do mercado regional ainda em 2017.

31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes fundamenta-se em princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem nos padrões internacionalmente aceitos, em que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve gerar conflitos com interesses de seus clientes.

Procedimentos adotados pela Companhia, conforme inciso III, art. 2º Instrução CVM nº381/03: A Companhia e suas controladas adotam como procedimento formal, previamente à contratação de outros serviços profissionais que não os relacionados à auditoria contábil externa, consultar os auditores independentes e o Comitê de Auditoria Estatutário, no sentido de assegurar-se que a realização da prestação destes outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade, necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria independente, bem como obter aprovação de seu Comitê de Auditoria Estatutário. Adicionalmente são requeridas declarações formais destes mesmos auditores quanto à sua independência na realização de serviços que não sejam de auditoria.

RELATÓRIO DE DESEMPENHO

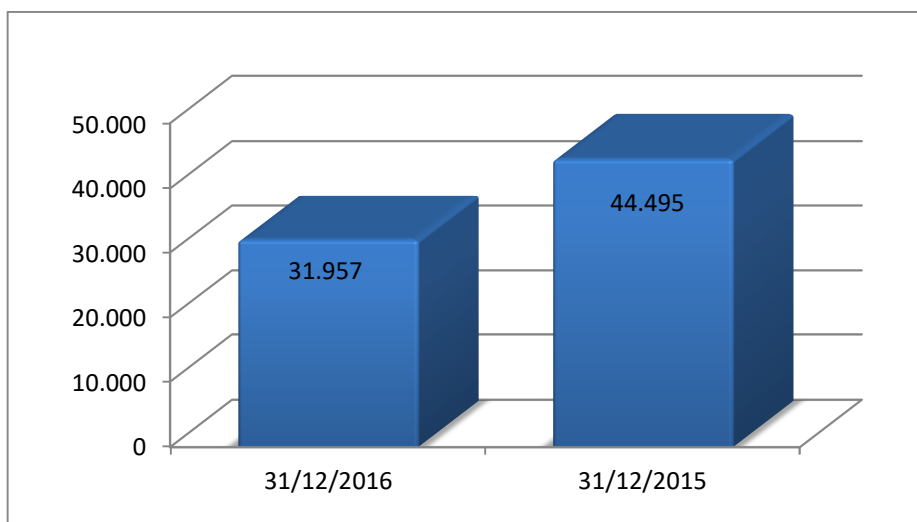
A Diretoria da CONPEL Cia Nordestina de Papel, com atividades no segmento de fabricação de papeis do tipo Kraft, chapas e embalagens de caixas, bem como a industrialização de sacos simples e multifolhados, apresenta e submete para apreciação o Comentário de Desempenho e suas informações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

RESULTADO	31/12/2016	%	31/12/2015	%
Receita Operacional Líquida	14.761		27.542	
(-) Custos do Produtos Vendidos	(20.345)		(30.679)	
Lucro Bruto	(5.584)	-37,83%	(3.137)	-11,39%
<i>Despesas Operacionais</i>				
Com Vendas	(458)	3,10%	(1.071)	3,89%
Gerais e Administrativas	(3.405)	23,07%	(4.612)	16,75%
Outras Receitas e Despesas	(15.638)	105,94%	8.647	-31,40%
Lucro antes do Result. Financeiro e Tributos	(25.085)	169,94%	(173)	0,63%
<i>Resultado Financeiro</i>				
Receitas Financeiras	29	0,20%	224	0,81%
Despesas Financeiras	(30.829)	208,85%	(15.223)	55,27%
Resultado Antes Imp. de Renda Contrib. Social	(55.885)	378,60%	(15.172)	55,09%
Imposto de Renda e Contribuição Diferidos	655	4,44%	(9.545)	34,66%
Prejuízo Líquido do Exercício	(55.230)	374,16%	(24.717)	89,74%



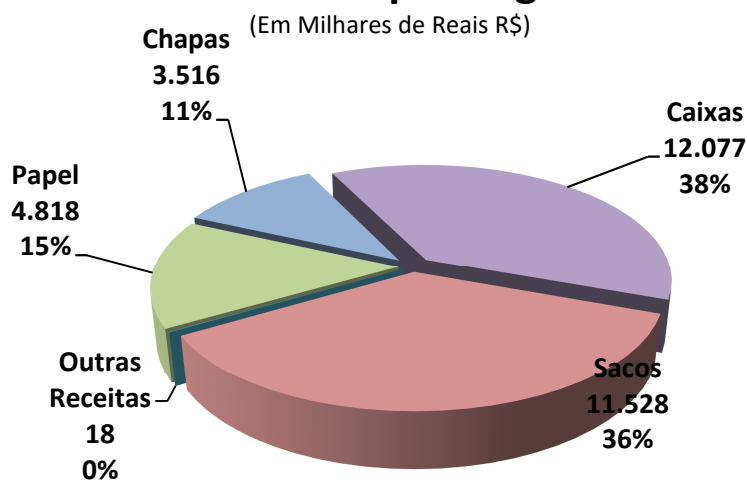
Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta apresentou diminuição de 28,18% se comparada ao ano anterior, fato atribuído à retração da economia, principalmente no segmento de caixa e papel.



No gráfico abaixo é demonstrado a participação de cada linha de produto sobre a Receita Operacional Bruta. Importante frisar que houve um aumento significativo na Receita de Sacos de aproximadamente, 125% se comparado ao mesmo período do ano anterior.

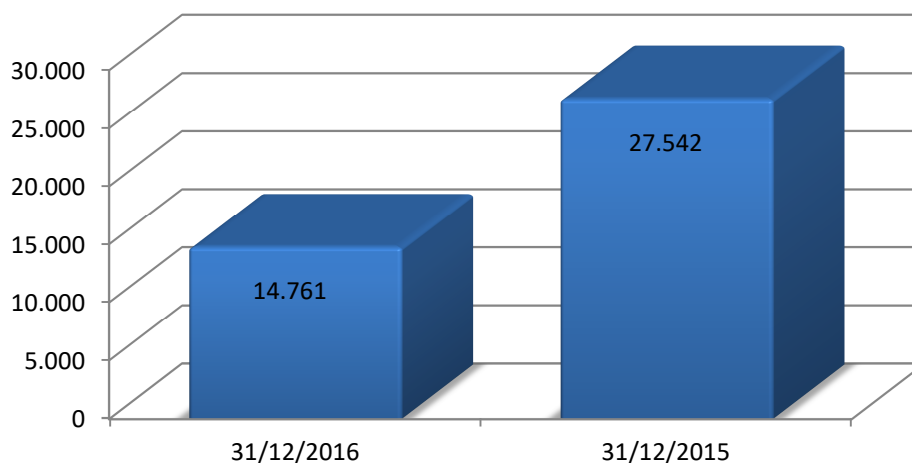
Receita Bruta por Segmento





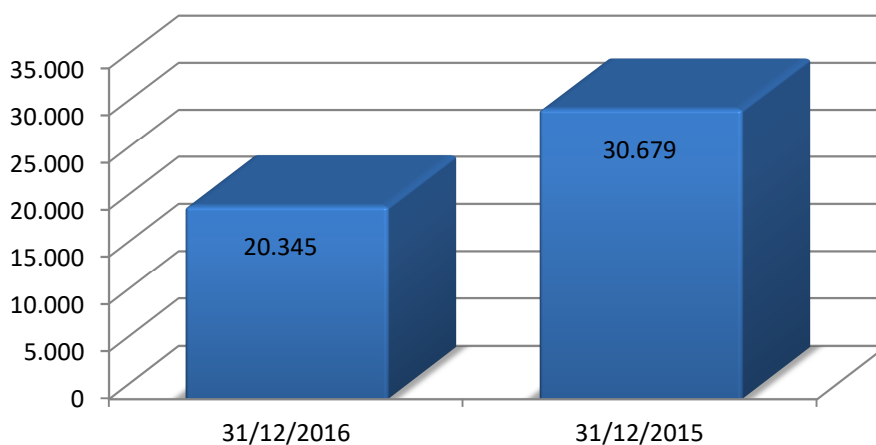
Receita Operacional Líquida (ROL)

A receita operacional líquida demonstrou diminuição de 46,41% em relação a 2015, devido ao aumento dos nossos custos de produção e acentuada queda nas vendas de Caixa e Papel.



Custo dos Produtos Vendidos (CPV)

Os custos dos produtos vendidos reduziram de 2015 para 2016 em 34,68% acompanhando as vendas.



Conde - PB, 31 de março de 2017.

A ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Acionistas da
CONPEL – Cia Nordestina de Papel
Conde - PB

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da CONPEL CIA NORDESTINA DE PAPEL (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CONPEL CIA NORDESTINA DE PAPEL, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, no pressuposto de continuidade normal dos negócios conforme disposto na NBC TA 750 – *Continuidade Operacional*, aprovada pela Resolução número 1.226/09 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e alterações posteriores, conforme descrito na nota explicativa nº 1.

No entanto, a Companhia tem apresentado significativos prejuízos operacionais nos últimos exercícios, o que se repetiu para o exercício de 2016, além de dificuldades financeiras para geração de fluxo de caixa positivo. De acordo com laudo de avaliação para fins de teste de *Impairment* para a data base de 31 de dezembro de 2015, o valor negativo de geração de caixa estimado para os próximos 5 (cinco) exercícios (2016 a 2020) é de R\$ 17.198 mil, as demonstrações financeiras apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 demonstram agravamento da situação em relação ao exercício anterior, ao evidenciar queda significativa no faturamento.

Ainda, a Companhia possui alto grau de endividamento tributário e previdenciário, com fornecedores e instituições financeiras de curto prazo, acarretando em dificuldades para obtenção de novos financiamentos. A Companhia apresenta passivo a descoberto no montante de R\$ 143.740 Mil em 31 de dezembro de 2016. Tais situações remetem a elevado grau de incerteza quanto à capacidade da Companhia de em dar continuidade as suas atividades operacionais. As demonstrações financeiras e as notas explicativas não divulgam integralmente estes fatos.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião com ressalva sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 31 de março de 2017.

ACAL AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CVM - RJ 11.444 – CRC - PR 006492/F-5



Gelson Jose Amaro
Contador - CRC – RJ 049.669/O-4 S PR

31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONPEL – CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

ATIVO	Nota	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	-	3
Contas a Receber de Clientes	7	1.371	9.453
Estoques	8	557	4.264
Adiantamento a Fornecedores	9	647	861
Impostos a Recuperar	10	860	695
Outros Créditos	11	8	16
Despesas do Exercício Seguinte		17	-
Total do Ativo Circulante		3.460	15.292
NÃO-CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Impostos a Recuperar	10	11	45
Empresas Ligadas	12	1.178	2.106
Outros Créditos	11	847	743
Total do Realizável a Longo Prazo		2.036	2.893
Imobilizado	13	61.316	64.209
Total do Ativo Não-Circulante		63.352	67.103
TOTAL DO ATIVO		66.812	82.395

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



CONPEL – CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

PASSIVO	Nota	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE			
Fornecedores	15	10.971	11.512
Empréstimos e Financiamentos	16	9.067	6.289
Obrigações Sociais	17	23.857	17.434
Obrigações Tributárias	18	142.746	109.614
Adiantamento de Clientes	19	168	2.126
Outras Obrigações		209	248
Total do Passivo Circulante		187.017	147.223
NÃO-CIRCULANTE			
Obrigações Tributárias	18	-	114
Empresas Ligadas	12	2.939	2.318
Impostos Diferidos	20	20.595	21.250
Total do Passivo Não-Circulante		23.534	23.682
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)			
Capital Social	22	22.338	22.338
Ajuste Avaliação Patrimonial		35.288	36.445
Prejuízos Acumulados		(201.366)	(147.293)
Total do Patrimônio Líquido		(143.740)	(88.510)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		66.812	82.395

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



CONPEL – CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

RESULTADO POR FUNÇÃO	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Receita Operacional Líquida	23	14.761	27.542
(-) Custos do Produtos Vendidos		(20.345)	(30.679)
LUCRO BRUTO		(5.584)	(3.137)
Despesas Operacionais		(19.501)	2.965
(-) Com Vendas	24	(458)	(1.071)
(-) Gerais e Administrativas	25	(3.405)	(4.612)
(-) Outras Receitas e Despesas	26	(15.638)	8.647
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro		(25.085)	(173)
Resultado Financeiro	27	(30.800)	(14.999)
Receitas Financeiras	29		224
Despesas Financeiras		(30.829)	(15.223)
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(55.885)	(15.172)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido		655	(9.545)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		(55.230)	(24.717)
Prejuízo por Ação Básico e Diluído R\$:		(3,05)	(1,36)

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



CONPEL – COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL S.A

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E
31 DE DEZEMBRO DE 2015**

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(55.230)	(24.717)
Outros Resultados Abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE	<u>(55.230)</u>	<u>(24.717)</u>

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



CONPEL – COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL S.A
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Patrimônio Líquido Total
Em 31 de Dezembro de 2014	22.338	(123.659)	37.528	(63.793)
Resultado do Exercício	-	(24.717)	-	(24.717)
(-) Realização do Custo Atribuído	-	1.083	(1.083)	-
Em 31 de Dezembro de 2015	22.338	(147.293)	36.445	(88.510)
Resultado do Período	-	(55.230)	-	(55.230)
(-) Realização do Custo Atribuído	-	1.157	(1.157)	-
Em 31 de Dezembro de 2016	22.338	(201.366)	35.288	(143.740)

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



CONPEL – COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL S.A

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado Líquido do Exercício	(55.230)	(24.717)
Ajustes:		
Depreciação e Amortização	2.949	3.010
Provisão (Reversão) Créditos de Liq. Duvidosa	6.970	(324)
Juros Provisionados	219	561
Constituição (Reversão) de IRPJ/CSLL Diferidos	(655)	9.545
Recuperação de Despesas	(307)	-
Lucro Líquido do Exercício Ajustado	<u>(46.054)</u>	<u>(18.936)</u>
Clientes	1.112	6.212
Estoques	3.706	(3.864)
Impostos a Recuperar	(132)	29
Despesas do Exercício Seguinte	(16)	120
Outros Créditos	118	91
(Aumento) ou Diminuição do Ativo	<u>4.789</u>	<u>2.588</u>
Fornecedores	(541)	2.028
Obrigações Sociais e Tributárias	39.749	19.091
Adiantamento de Clientes	(1.959)	914
Outras Obrigações	(39)	124
Aumento ou (Diminuição) do Passivo	<u>37.210</u>	<u>22.157</u>
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	<u>(4.054)</u>	<u>5.809</u>
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Imobilizado	(55)	(114)
Baixa Imobilizado	-	236
Empréstimos Concedidos a Pessoas Ligadas	1.549	395
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimento	<u>1.494</u>	<u>517</u>
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimento de Empréstimos e Financiamentos	40.930	39.665
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	(38.371)	(46.532)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento	<u>2.559</u>	<u>(6.867)</u>
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(3)</u>	<u>(541)</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	3	544
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	0	3

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



CONPEL – COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL S.A

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
RECEITAS		
Venda dos Produtos	21.625	39.034
Constituição (Reversão) de IRPJ/CSLL Diferidos	655	(9.545)
Venda de Ativo Imobilizado	-	(76)
Provisão (Reversão) Créditos de Liq. Duvidosa	(6.970)	324
Provisão (Reversão) p/ Impairment	-	21.643
Perdas Não operacionais	163	572
Incentivos Fiscais Recebidos	723	823
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custos dos Produtos Vendidos	(9.821)	(13.632)
Materiais - energia, serv. Terceiros e outros	(4.126)	(7.732)
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>2.249</u>	<u>16.779</u>
DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	<u>(2.949)</u>	<u>(3.010)</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	<u>(700)</u>	<u>13.769</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO (CEDIDO) EM TRANSFERENCIA		
Receitas Financeiras	29	224
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (RECEBER)	<u>(671)</u>	<u>13.993</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>(671)</u>	<u>13.993</u>
<i>Pessoal</i>		
Remuneração Direta	5.149	9.102
Benefícios	956	1.071
FGTS	640	1.028
<i>Impostos, Taxas e contribuições</i>		
Federais	14.158	7.284
Estaduais	2.751	4.963
<i>Remuneração de capitais de terceiros</i>		
Juros	30.829	15.223
Aluguéis	76	39
<i>Remuneração de capitais Próprios</i>		
Resultado do Exercício	<u>(55.230)</u>	<u>(24.717)</u>

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A CONPEL CIA NORDESTINA DE PAPEL tem como principal atividade a fabricação de papéis do tipo Kraft, chapas e embalagens de caixas, bem como, a industrialização de sacos simples e multifolhados.

As embalagens produzidas pela Companhia atendem vários setores, com destaque a construção civil, gêneros alimentícios e produtos de higiene e limpeza.

A CONPEL é uma empresa com capital aberta e possui registro junto a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) com número 00468-5, com inscrição no CNPJ sob nº 09.116.278/0001-01 e NIRE nº 2530000622-6. Está sediada no município de Conde, Estado da Paraíba, na Rodovia BR 101 - Km 06, S/nº, Bairro Vale do Gramame, CEP 58.322-000.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações.

No exercício de 2016 a empresa manteve o processo de reestruturação das suas atividades operacionais, com o objetivo de se adequar a realidade atual do mercado e a realidade da companhia, superando as dificuldades financeiras enfrentadas pelo país, buscando aumento das margens operacionais.

Neste contexto a administração promoveu várias alterações nos seus procedimentos de controle, buscou aumento de preços, alteração de prazos e promoveu uma grande alteração nos seus quadros de colaboradores, focando no aumento da carteira de clientes e almejando a potencialização da receita operacional.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 31 de Dezembro 2016.

2 RESUMO DAS POLÍTICAS, PREMISSAS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais estão definidas abaixo:

a. Base de preparação

As demonstrações contábeis do Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

b. Novas normas e interpretações vigendo em 2016

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPC's vigendo a partir de 2016 que poderiam ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.



c. Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos na demonstração financeira da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações, com risco insignificante de mudança de valor e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Em sua maioria são classificadas na categoria de “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

e. Instrumentos financeiros

i. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias:

- a) Mensurados ao valor justo através do resultado; e
- b) Empréstimos e recebíveis: A Companhia não possui ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Os empréstimos e recebíveis da empresa compreendem “contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “caixa e equivalentes de caixa”.

Passivos financeiros

A Companhia não mantém nem emite derivativos para fins especulativos, tampouco possui passivos detidos para negociação, nem designou quaisquer passivos financeiros.



Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Em 31 de Dezembro de 2016, a Companhia possuía Contas a Pagar à Fornecedores nessa classificação, conforme nota explicativa nº 15.

ii. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo e os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em "Outros Ganhos/Perdas Líquidos" no período em que ocorrem.

iii. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

iv. Impairment de ativos financeiros

a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;



- (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

-mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo;

-condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

A Companhia, levando em consideração as premissas descritas anteriormente, avalia a recuperação do valor contábil dos ativos utilizando o conceito do “valor em uso”, através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativas dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento e venda de produtos aos seus clientes.

O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado anualmente pela Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes Unidades Geradoras de Caixa, conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um exercício de cinco anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.



f. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para impairment (perdas no recebimento de créditos).

As Contas a Receber de clientes não foram ajustadas a seu valor presente por estarem em sua maioria vencidas ou com prazos de vencimento em curto prazo.

g. Estoques

Os estoques são demonstrados pelo custo médio das compras, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis, sendo inferior aos valores de realização líquidos dos custos de venda. Os estoques de produtos acabados compreendem as matérias-primas processadas e envolvimento de mão de obra direta e custos de produção na valorização dos itens.

Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas com estoques, constituída em casos de desvalorização de estoques, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

Adicionalmente, em decorrência da natureza dos produtos da Companhia, em casos de obsolescências de produtos acabados, os mesmos podem ser reciclados, para reutilização na produção.

h. Ativo imobilizado

Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou desenvolvimento, deduzido da depreciação acumulada. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, estimados com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto terrenos, os quais não são depreciados. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

i. Ativo intangível

Referem-se a *softwares* adquiridos, custos e despesas com desenvolvimento de novos produtos. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento

31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como finita ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda de valor recuperável (*impairment*) sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente em relação a perdas de valor recuperável (*impairment*). A avaliação de vida indefinida é revista no encerramento de cada exercício para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para finita é efetuada de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

a) *Softwares*

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis.

j. Redução do valor recuperável dos ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

k. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes, e são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente sendo: 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$

31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



240mil anuais para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Portanto as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- (i) Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- (ii) Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o exercício da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

- (i) Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- (ii) Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

I. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo), caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.



m. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; sendo o valor estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

n. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos de transação) e o valor total a pagar, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método de taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos dos empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

o. Reconhecimento da receita

O resultado é apurado pelo regime de competência, considerando aspectos relacionados a seguir:

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades. Esta é reconhecida quando:

(i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;

(ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e,

(iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades; - receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, sendo o mesmo critério obedecido para as despesas contábeis; - os custos dos produtos vendidos foram reconhecidos no mesmo período que a respectiva receita; - as despesas operacionais constituem-se das despesas incorridas para vender os produtos e serviços e administrar.



p. Benefícios a Empregados

A Companhia concede aos empregados benefícios que envolvem seguro de vida, assistência médica, odontológica, entre outros, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício.

q. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A legislação societária brasileira requer para empresas de capital aberto a apresentação da demonstração do valor adicionado como parte do conjunto das informações trimestrais apresentadas pela Companhia. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante o Exercício.

O IFRS não requer a apresentação dessa demonstração. Como consequência, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações anuais.

r. Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Em 28 de maio de 2014, o IASB emitiu o IFRS 15 - Receita de contrato com clientes, resultado de um projeto conjunto entre IASB e FASB para convergência da norma sobre reconhecimento e divulgação das receitas aplicadas a contrato com clientes. Esta norma traz duas abordagens para reconhecimento de receita, que pode ser em um determinado momento ou com o passar do tempo, e sua análise está baseada em cinco etapas que devem ser usadas para determinar o valor e o momento em que a receita deve ser reconhecida. A norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pelo IFRS, porém não permitida no Brasil. A Companhia está avaliando os possíveis impactos da aplicação desta norma e comunicará ao mercado oportunamente.

Não há outras normas IFRS que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia quando de sua adoção.

3 JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Em 31 de dezembro de 2016 foram consideradas razoáveis para as circunstâncias.

s. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, são contempladas nas Demonstrações Financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- Créditos de liquidação duvidosa são provisionados e posteriormente lançados para perdas quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- Constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos estoques;
- Revisão da vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis e de sua recuperação nas operações;

31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



- Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros;
- Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa; e,
- As taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

4 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

t. Considerações gerais e políticas

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros (aplicações financeiras), todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda e de taxa de juros, bem como de manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da Companhia, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. A Política de aplicações financeiras estabelecida pela Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

u. Fatores de riscos financeiros

A gestão de risco é realizada pela Administração da Companhia, a qual identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

(a) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia em não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

(b) Risco de Crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores de venda aos seus clientes.

A Companhia também está sujeita a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.



Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia atua de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

(c) Risco de Mercado

Risco de Taxas de Juros e Inflação: O risco da taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP e INPC e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

Risco de Taxas de Câmbio: Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentam os passivos decorrentes de empréstimos e compromissos de compra em moeda estrangeira ou que reduzam os ativos decorrentes de valores a receber em moeda estrangeira.

A Companhia não possui contratos com operações financeiras com derivativos (*hedge* cambial) para proteger-se da variação cambial, uma vez que não possui operações com moeda estrangeira significativa.

(d) Operações com derivativos

A Companhia não possui operações com derivativos.

(e) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar ou reter pagamentos de dividendos, limitar ou ampliar o retorno de capital aos acionistas, captar novos empréstimos entre outras práticas.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e dívida por aquisição de empresas, menos caixa e equivalentes de caixa.

(f) Análise de Sensibilidade de Instrumentos Financeiros

A Companhia entende que os demais instrumentos financeiros não apresentaram riscos relevantes e, portanto, dispensa a demonstração da análise de sensibilidade, referida na Instrução CVM nº 475/08 e Deliberação CVM nº 550/08.

31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**5 INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA**

ATIVOS FINANCEIROS	Dez/2016	Dez/2015
Mensurado pelo Valor Justo por meio do resultado		
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	3
Recebíveis		
Contas a Receber de Clientes	1.371	9.453
Depósitos Judiciais	847	743
Total Ativos Financeiros	2.218	10.199
PASSIVOS FINANCEIROS		
Outros Passivos Financeiros		
Fornecedores	10.971	11.512
Empréstimos e Financiamentos	9.067	6.289
Total passivo Financeiro	20.038	17.801

6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dez/2016	Dez/2015
Caixa	-	1
Bancos Conta Movimento	-	2
Total de Caixa e Equivalentes	-	3

São constituídos pelos saldos de caixas, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata.

7 CONTAS A RECEBER

	Dez/2016	Dez/2015
Contas a Receber de Clientes	10.657	11.769
(-) Provisão Credito Liquidação Duvidosa	(9.286)	(2.316)
Total de Contas a Receber	1.371	9.453
Aging List das contas a receber de clientes		
Vencidos	9.286	5.041
A vencer em até 3 meses	1.358	2.575
A vencer entre 3 e 6 meses	13	3.615
A vencer de 6 meses a 1 ano	-	538
Total	10.657	11.769

Os títulos de créditos são compostos por duplicatas e outros títulos, gerados no processo de vendas de mercadorias e estão registrados pelo seu valor de realização.

31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Na avaliação efetuada para fins de determinação do ajuste a valor presente, não foi constatada a aplicabilidade deste, pois as contas a receber possuem liquidação em curtíssimo prazo de vencimento das faturas.

8 ESTOQUES

	<u>Dez/2016</u>	<u>Dez/2015</u>
Produtos acabados	413	1.779
Matérias primas	19	421
Materiais Secundarios	43	438
Outros materiais	101	1.471
Operações com Terceiros	(122)	132
Material recebido para industrialização	103	23
Total de Estoques	557	4.264

Os produtos acabados foram avaliados pelo custo de produção. As matérias primas, secundárias, embalagens e materiais diversos no almoxarifado, pelo custo médio de aquisição, não superando o valor de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2016 os estoques estão registrados ao seu valor justo realizável menos o custo das vendas. Nenhum dos bens constantes em estoques da Companhia encontram-se sob penhor de garantia a quaisquer tipos de passivo ou empréstimo.

9 ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	<u>Dez/2016</u>	<u>Dez/2015</u>
Companhia Paraibana de Gás	120	194
Energisa Paraiba Distrib. de Energia S/A	92	-
Fernando Imperiano da Costa Me	29	29
Marcio Soares Cardoso	21	-
Cabral Lins Com. Atacadista de Papel e Papelao Ltda	21	7
Eugenio Alves Pereira	15	15
Nutriza Industria e Comercio Ltda	14	11
Outros Fornecedores	335	605
Total de Adiantamentos a Fornecedores	647	861

31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**10 IMPOSTOS A RECUPERAR**

	<u>Dez/2016</u>	<u>Dez/2015</u>
IRRF	-	26
IRPJ/CSLL Estimativa	83	76
Saldo Negativo IRPJ/CSLL	107	267
ICMS a Recuperar	112	-
PIS a Recuperar	12	-
Cofins a Recuperar	52	-
IPI a Recuperar	99	-
ICMS sobre ativo imobilizado	34	35
Pagtos. Indevidos a Compensar	70	-
Adiantamento para Parcelamento (REFIS)	291	291
Impostos a Recuperar Circulante	860	695
lcms sobre ativo imobilizado	11	45
Impostos a Recuperar Não Circulante	11	45

11 OUTROS CRÉDITOS

	<u>Dez/2016</u>	<u>Dez/2015</u>
Outros Creditos	8	16
Total Circulante	8	16
Depósitos Judiciais - Trabalhistas	847	743
Total não Circulante	847	743

12 PARTES RELACIONADAS

ATIVO	<u>Dez/2016</u>	<u>Dez/2015</u>
Mútuo		
EKN Administração e Participações	903	903
Cocelpa Cia de Celulose e Papel	275	1.203
Total Ativo não Circulante	1.178	2.106
PASSIVO		
Mútuo		
Compet Agro Florestal	2.158	2.158
Arpeco Artefatos de Papel S.A.	781	160
Total Passivo não Circulante	2.939	2.318

As condições aplicadas às empresas relacionadas equivalem às mesmas condições aplicadas ao mercado.

31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



13 IMOBILIZADO

	IMOBILIZADO								
	Terrenos	Edific. e Benf.	Maquinas e Equip.	Instal.	Móveis e Utensílios	Veículos	Outros	Imobiliz. Andam.	Total
Média Taxas de Depreciação		4,00%	5,22%	8,97%	6,89%		9,54%		
Saldo Inicial	4.434	7.160	32.577	331	242	1	98	856	45.699
Adições	-	-	114	-	-	-	-	-	114
Baixas	-	-	(236)	-	-	-	-	-	(236)
Depreciação	-	(796)	(1.949)	(193)	(41)	(1)	(30)	-	(3.010)
Impairment	2.098	3.393	15.428	158	114	-	46	405	21.643
Saldo Final	6.532	9.757	45.934	296	315	-	114	1.261	64.209
Em 31 de Dezembro de 2015									
Custo	7.002	19.911	77.073	4.386	714	31	465	1.352	110.934
Deprec. Acumulada	-	(9.401)	(27.704)	(4.056)	(373)	(31)	(342)	-	(41.907)
Impairment	(470)	(753)	(3.435)	(34)	(26)	-	(9)	(91)	(4.817)
Valor Líquido contábil	6.532	9.757	45.934	296	315	-	114	1.261	64.209
Saldo Inicial	6.532	9.757	45.934	296	315	-	114	1.261	64.209
Adições	-	-	24	-	8	-	24	-	56
Depreciação	-	(796)	(1.938)	(147)	(41)	-	(27)	-	(2.949)
Saldo Final	6.532	8.961	44.020	149	282	-	111	1.261	61.316
Em 31 Dezembro de 2016									
Custo	7.002	19.911	77.097	4.386	722	31	489	1.352	110.990
Deprec. Acumulada	-	(10.197)	(29.642)	(4.203)	(414)	(31)	(369)	-	(44.857)
Impairment	(470)	(753)	(3.435)	(34)	(26)	-	(9)	(91)	(4.817)
Valor Líquido contábil	6.532	8.961	44.020	149	282	-	111	1.261	61.316

A Companhia efetua anualmente a revisão da vida útil dos ativos imobilizados em atendimento ao ICPC 10 – Interpretação sobre a aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27 e 28, o qual exige que a vida útil e o valor residual do imobilizado seja revisada no mínimo a cada exercício.

A depreciação do ativo imobilizado de R\$ 2.949 Mil é proveniente de R\$ 2.890 Mil registrados no custo e R\$ 59 Mil registrados nas despesas administrativas.

14 RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS – IMPAIRMENT

Em atendimento a legislação vigente, Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, bem como, o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R3) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela resolução CFC nº 1.292/10 e alterações posteriores, assim como a deliberação CVM nº 639/2010, sobre a aplicabilidade do teste de recuperabilidade também conhecido como *impairment*, a Companhia procedeu os testes dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e não circulantes a fim de determinar se estes sofreram perdas, visando mensurar a capacidade de retorno que estes ativos possam proporcionar para a Companhia.

Considerando que a legislação dispõe que a Companhia deve apresentar periodicamente análise sobre a recuperação dos ativos, e para o quarto trimestre de 2017 a companhia realizou uma avaliação patrimonial pelo “Valor Justo de Mercado” dos seus ativos conforme determinado pelo CPC 01: “... *valor recuperável como o maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo ou de unidade geradora de caixa e o seu valor em uso*” atestado pelo Laudo nº 01/2017, feito pelo Eng. Aurilio Lopes Neto com registro no CREA-SP nº 5060202474-D no qual o mesmo atesta que não houve variação relevante durante o exercício de 2016 em relação ao Laudo nº 051/2016, elaborado pela empresa Ferrari Organizações e Avaliações Patrimoniais Ltda., inscrita no CNPJ, nº 93.272.003/0001-65, Mantendo a mesma provisão de perdas (*Impairment*) de R\$ 4.818 mil.

31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**15 FORNECEDORES**

	<u>Dez/2016</u>	<u>Dez/2015</u>
Contas a Pagar a Fornecedores	10.971	11.512
Total de Contas a Pagar	10.971	11.512

Aging List das Contas a Pagar

Vencidos	10.316	10.833
A vencer em até 3 meses	205	425
A vencer entre 3 e 6 meses	63	52
A vencer de 6 meses a 1 ano	387	202
Total	10.971	11.512

O impacto da crise nas atividades da empresa desde o início de 2016 foi muito profundo, o que acarretou em uma situação financeira deficitária e consequentemente prejudicou a diminuição do saldo das contas a pagar.

16 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A natureza das obrigações está descrita a seguir:

Circulante	<u>Dez/2016</u>	<u>Dez/2015</u>
Conta Garantida	-	998
Financiamentos	405	562
Empréstimos de Fornecedores	460	-
Duplicatas Descontadas	8.202	4.729
Total Empréstimos e Financiamentos	9.067	6.289

Vencimentos

Em até 6 meses	9.067	6.289
	9.067	6.289

a) Indexadores:

Por Indexação		
Taxas Pré-Fixadas - Capital de Giro	0,55%	0,55%
Taxas Pré-Fixadas - Conta Garantida	3,50%	3,50%
Taxas Pré-Fixadas - Financiamento (CDC)	1,61%	1,61%
Taxas Pré-Fixadas - Mutuo (CDI)	0,90%	0,90%
Taxas Pré-Fixadas - Duplicatas Descontadas	1,60%	1,60%

É notória a falta de capital de giro, e uma das alternativas utilizadas para suprir essa necessidade foi o desconto de títulos, que passou de um saldo de 6,2 mi em 2015 para 9,5 mi em 2016.

31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**17 OBRIGAÇÕES SOCIAIS**

	<u>Dez/2016</u>	<u>Dez/2015</u>
Salários a Pagar	652	516
INSS	15.118	10.465
FGTS	3.143	2.218
IRRF Funcionários	1.391	1.001
Provisões e Encargos	1.968	1.852
Provisão Indenizações	633	633
Parcelamentos Previdenciários	790	648
Contribuição Sindical	162	101
Total	23.857	17.434

18 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Circulante	<u>Dez/2016</u>	<u>Dez/2015</u>
ICMS (i)	10	71
PIS (ii)	5.331	3.777
COFINS (ii)	25.496	18.738
IPI (ii)	94.763	73.762
INSS S/ FATURAMENTO (ii)	3.511	2.470
IRRF	28	73
IRPJ	1.750	807
CSLL	489	205
Multas Infrações CLT	308	-
ISS	36	31
INSS Retido Fonte	38	38
PIS/COFINS/CSLL	179	146
ICMS Diferencial de Alíquota	12	49
ICMS Dívida Ativa	10.795	8.350
Parcelamento Federal	-	1.068
Parcelamento Estadual - ICMS (iii)	-	29
Total Circulante	142.746	109.614
Não Circulante		
Parcelamento Estadual - ICMS (iii)	-	114
Total não Circulante	-	114

- (i) No período de janeiro a dezembro de 2016 a companhia obteve o montante aproximado de 723 mil em incentivos fiscais – FAIN (crédito presumido de ICMS) incentivo fiscal do governo da Paraíba. De acordo com a Resolução 025/2010, ratificada pelo decreto nº 31.837/2010, proporcionou a Companhia o direito a utilização do crédito presumido de 74,25% do saldo devedor do ICMS apurado mensalmente, relativo às saídas decorrentes da produção industrial própria incentivada, com vencimento em até 02 de dezembro de 2025, o que subsidiará a Companhia parte dos investimentos necessários para ampliação de sua capacidade instalada e manutenção de seu parque fabril.

31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



- (ii) Com relação aos tributos indiretos federais, no mês de junho/2016, efetivamos um parcelamento na modalidade simplificado no valor total de R\$ 595 Mil, referente aos tributos retidos na fonte (CSRF e IRRF) do período compreendido entre o mês de outubro/2013 a março/2016. Os demais tributos ainda estão em aberto e vem sendo atualizado conforme os extratos extraídos junto a RFB/PGFN, e reconhecidos na contabilidade com exigibilidade imediata. No quarto trimestre de 2016 a empresa reconheceu 15 inscrições de impostos inscritos na PGFN referente a débitos antigos, o que resultou em mais R\$ 15 mi aproximadamente já atualizados com juros, multas e encargos nos impostos federais a pagar.
- (iii) A companhia não conseguiu arcar com o parcelamento que havia aderido em junho de 2014, referente ao Programa de Recuperação de Créditos Tributários relacionados ao ICMS, de acordo com Medida Provisória nº 225 de 28 de abril de 2014, instituída pelo estado da Paraíba e o saldo residual desse parcelamento esta reconhecido no passivo circulante e atualizado conforme extrato da Receita Estadual da Paraíba.

19 ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	<u>Dez/2016</u>	<u>Dez/2015</u>
Cientes Diversos	168	2.126
Total	168	2.126

20 IMPOSTOS DIFERIDOS

	<u>Dez/2016</u>	<u>Dez/2015</u>
Custo Atribuído	53.466	55.220
Vida Útil	7.108	7.281
IRPJ Diferido (25%)	15.143	15.625
CSLL Diferida (9%)	5.452	5.625
Total	20.595	21.250

21 REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

	<u>Dez/2016</u>	<u>Dez/2015</u>
Remuneração de Conselheiros	280	298
Remuneração de Diretores	165	132
Total	445	430

31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**22 PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

	<u>Dez/2016</u>	<u>Dez/2015</u>
Prejuízo Exercício Anteriores	(147.293)	(123.658)
Prejuízo do Período	(54.073)	(23.635)
Prejuízos Acumulados	<u>(201.366)</u>	<u>(147.293)</u>
Capital Social	22.338	22.338
Ajuste Avaliação Patrimonial	35.288	36.445
Total do Patrimônio Líquido	<u>(143.740)</u>	<u>(88.510)</u>

Capital Social

O Capital Social realizado é composto por 18.122.099 ações, que correspondem a R\$ 22.338 mil. A composição é a seguinte:

Ações	<u>Autorizado</u>		<u>Realizado</u>		<u>a Subscriver</u>	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Ordinárias	16.600.183	78	14.048.567	78	2.551.616	78
Preferenciais	4.813.384	22	4.073.532	22	739.852	22
Total	21.413.567	100	18.122.099	100	3.291.468	100

Composição do Controle Acionário em 31/12/2016 – Principais Acionistas (Ações Ordinárias)

EKN – Embalag. Kraft do NE Ltda	13.712.687	13.712.687
Diversos Terceiros Minoritários	335.880	335.880
Total	14.048.567	14.048.567

23 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>Dez/2016</u>	<u>Dez/2015</u>
Papel Kraft	4.818	8.682
Chapa de papelão	3.516	4.662
Caixas	12.077	25.932
Sacos	11.528	5.114
Outras Receitas	18	105
Total Mercado Interno	<u>31.957</u>	<u>44.495</u>
(-) Impostos sobre Vendas	(6.864)	(11.492)
(-) Devoluções e Abatimentos	(10.332)	(5.461)
Receita Líquida	<u>14.761</u>	<u>27.542</u>

A produção da empresa foi bastante afetada durante o exercício de 2016 devido à dificuldade no capital de giro, acarretando em atrasos de entregas e conseqüentemente perdas de alguns clientes, estas situações acabaram por reduzir em 46% a receita operacional líquida de vendas.

31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**24 DESPESAS COM VENDAS**

	<u>dez/16</u>	<u>dez/15</u>
Fretes	(412)	(749)
Comissões	(46)	(322)
Total	(458)	(1.071)

25 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>Dez/2016</u>	<u>Dez/2015</u>
Honorários, salários, encargos e benefícios	(2.528)	(3.140)
Serviços, Aluguéis	(231)	(463)
Energia, Água e Comunicações	(266)	(437)
Materiais de Consumo	(91)	(306)
Impostos Taxas e Contribuições	(11)	(11)
Gastos Gerais	(278)	(255)
Total	(3.405)	(4.612)

26 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	<u>Dez/2016</u>	<u>Dez/2015</u>
(+) Outras Receitas		
Incentivo FAIN	723	823
Reversão de Provisões	-	323
Reversão de Provisões Impairment	-	21.643
Recuperação de Despesas	307	624
Outras Receitas	4	-
Total Outras Receitas	1.034	23.413
(-) Outras Despesas		
Prov. Perdas Recebimento de Credito	(6.970)	-
Impostos Federais	(9.702)	-
Perdas no Estoque	-	(14.632)
Outras Despesas	-	(134)
Total Outras Despesas	(16.672)	(14.766)
Total	(15.638)	8.647

31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



27 RESULTADO FINANCEIRO

	<u>Dez/2016</u>	<u>Dez/2015</u>
(+) Receitas Financeiras		
Juros s/ Aplicações Financeiras	-	37
Juros Mora Ativos	10	122
Descontos Obtidos	-	38
Outros Juros Ativos	19	27
Total Receitas Financeiras	29	224
(-) Despesas Financeiras		
Juros s/ Financiamentos	(83)	(86)
Juros s/ Duplicatas Descontadas	(3.052)	(1.410)
Juros Mora Passivos	(1.929)	(300)
Juros s/ de Tributo	(23.884)	(10.798)
Multas s/ de Tributo	(827)	(1.481)
Juros Tributos Parcelados	(63)	-
Descontos Concedidos	(16)	(18)
Despesas Bancarias	(221)	(1.051)
Outras Despesas Financeiras	(754)	(79)
Total Despesas Financeiras	(30.829)	(15.223)
Total Resultado Financeiro Líquido	(30.800)	(14.999)

As despesas financeiras aumentaram no decorrer de 2016, isso ocorre devido às provisões de juros, multas e encargos referentes ao saldo devedor de impostos, uma vez que a empresa passou por dificuldades de cumprir suas obrigações tributárias.

31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**28 DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA**

	<u>Dez/2016</u>	<u>Dez/2015</u>
Natureza		
Depreciação e Amortização	(2.949)	(3.010)
Despesas com Pessoal	(6.745)	(11.201)
Matérias-Primas e Materiais de uso e Consumo	(9.821)	(13.632)
Serviços de Terceiros	(4.693)	(8.520)
Outras Despesas Operacionais	(16.672)	(14.766)
Total	(40.880)	(51.129)
Função		
Custo dos Produtos e Serviços Vendidos	(20.345)	(30.679)
Despesas com Vendas	(458)	(1.071)
Despesas Gerais e Administrativas	(3.405)	(4.613)
Outras Despesas Operacionais	(16.672)	(14.766)
Total	(40.880)	(51.129)

29 LAJIDA (EBITDA)

Conforme instrução CVM 527/12, a Companhia aderiu à divulgação voluntária de informações de natureza não contábil como informação adicional agregada em suas informações trimestrais, apresentando o LAJIDA (EBITDA) – Lucros Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização, para os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em linhas gerais, o LAJIDA (EBITDA) representa a geração operacional de caixa da Companhia, correspondente ao quanto à empresa gera de recursos apenas em suas atividades operacionais, sem levar em consideração os efeitos financeiros e de impostos. Ressalva-se que este não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como base para distribuição de dividendos, alternativa para o lucro líquido, ou ainda, como indicador de liquidez.

Os resultados estão representados a seguir:

<u>LAJIDA (EBITDA)</u>	<u>Dez/2016</u>	<u>Dez/2015</u>
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(55.230)	(24.717)
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	(655)	9.545
(+) Despesas Financeiras	30.829	15.223
(-) Receitas Financeiras	(29)	(224)
RESULTADO ANTES DOS JUROS E DO IMPOSTO DE RENDA	(25.085)	(173)
(+) Depreciação e Amortização	2.949	3.010
RESULTADO ANTES DOS JUROS, DO IMPOSTO DE RENDA, DA DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO (EBITDA)	(22.136)	2.837

31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Conde (PB), 31 de dezembro de 2016.

Cristiano Ciriaco Delgado
Diretor Presidente e
Diretor de Relações com Investidores

Aécio Rodrigo Antunes
Contador
CRC PR 0557341/O-3

* * * *